

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM FRANCA: apontamentos das transformações no mercado imobiliário local (1945-1960).

Rodrigo Mateus Silva (Unesp/Franca)

Com o desenvolvimento da indústria couro-calçadista em meados do século XX, algumas transformações ocorreram na cidade de Franca, localizada no interior do Estado de São Paulo. Entre as modificações de caráter político, social, econômico e cultural, destaca-se o acentuado processo de urbanização e, conseqüentemente, os impactos que tal processo provocou no mercado imobiliário de Franca nesse período. A partir dos dados fornecidos pelo IBGE sobre a população local e seus respectivos domicílios é possível apontar alguns dos impactos sofridos pelo mercado imobiliário com o processo de urbanização. Associadas com as informações estatísticas do IBGE, os processos de despejo, de usucapião e reintegração de posse de prédios urbanos de Franca no período também revelam as dinâmicas que determinaram a reorganização habitacional no município, sobretudo dos prédios destinados ao mercado de aluguel e seus respectivos inquilinos.

II

A partir de 1945 “Os ventos da modernização capitalista que sopravam no país desde a vitória, em 1930, do movimento político-militar de oposição às velhas oligarquias regionais, finalmente chegava à cidade [...]”¹. Assim, depois de 1945, sob o impacto causado pela Segunda Guerra Mundial, as atividades da cafeicultura e da pecuária começaram a perder terreno para a indústria de calçados², sendo que a cafeicultura já vinha sofrendo com os efeitos da crise de 1929³. As pequenas oficinas existentes na cidade buscavam, durante a guerra, converter a produção de calçados rústicos, destinados a trabalhadores rurais, em calçados de melhor trato, devido a ausência do produto no mercado interno, provocada pelo conflito internacional⁴. Desta forma, as oficinas acabaram superadas por fábricas de médio e grande porte⁵, num ativo processo de mecanização da produção.

Os capitais locais, até então envolvidos na atividade cafeeira, direcionaram-se para o setor industrial, contribuindo com desenvolvimento do parque industrial calçadista. O complexo industrial francano contemplou, neste momento, diversos ramos industriais, que serviam de suporte a atividade couro-calçadista, como a

indústria curtumeira, de solados de borracha e também de fabricação e assistência a maquinários de calçados⁶.

Neste contexto de industrialização crescente e de grandes transformações políticas ocasionadas pela queda do Estado Novo e pela reestruturação da democracia política no país, a cidade de Franca, da mesma maneira que em outros centros urbanos, passou a ser alvo das movimentações dos partidos políticos em suas bases locais, que possuíam em suas fileiras pessoas ligadas a produção industrial de calçados⁷.

A industrialização no Brasil conheceu um grande período de expansão a partir da década de 1930, tendo o Estado como impulsionador deste processo. No entanto, já durante a Primeira República, o Brasil começava a se transformar com o desenvolvimento da industrialização nos principais centros urbanos, com o incremento da urbanização e a formação de um contingente urbano, que empregava sua força de trabalho em novas atividades econômicas como a indústria e o setor de serviços. Conseqüentemente ocorreu a formação do operariado urbano, que pouco a pouco, diante do alto grau de exploração que o processo de acumulação de capitais exigia, começou a reivindicar direitos, melhores condições de vida e maior participação nos rumos políticos do país. Coube, assim, ao poder público incentivar as empresas privadas, implementar as indústrias de base e intermediar as questões referentes à expansão das lutas do movimento operário pela conquista de novos direitos⁸.

Com a intensificação da industrialização, no transcorrer da década de 1950, a cidade de Franca percebeu-se envolvida em transformações radicais em seu perfil urbano. Inicialmente, ocorreu um crescimento acelerado da população urbana, quando novos indivíduos de origem rural, sobretudo mineiros⁹, chegavam à cidade em busca de empregos, os quais as fábricas ofereciam. Posteriormente, a consolidação do operariado urbano, alterou a vida política e as relações sociais no município¹⁰.

Deste modo, a partir de 1930 o país conheceu um período de desenvolvimento industrial não circunscrito apenas em torno das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Outros eixos de desenvolvimento industrial começaram a surgir em várias regiões do interior do Brasil no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

Apesar de afastada

[...] dos grandes centros urbanos de produção industrial e mesmo do poder, a cidade de Franca apresentou um desenvolvimento urbano e industrial considerável a partir da década de 1950. Sua indústria tradicional de couros e calçados teve um papel muito importante nesse processo que modificou essencialmente a paisagem urbana em poucas décadas.¹¹

O desenvolvimento da indústria couro-calçadista em Franca incentivou, portanto, o desenvolvimento da urbanização no município, sobretudo com a chegada expressiva de migrantes das regiões adjacentes e das demais áreas rurais de Minas Gerais, que buscavam os postos de trabalho proporcionados pelo desenvolvimento fabril¹².

A tabela 1 mostra o incremento quantitativo e percentual dos habitantes que viviam na área urbana e rural do município de Franca entre os anos de 1940 e 1960.

Tabela 1: População urbana e rural do Município de Franca (1940-1960).

<i>Município de Franca (1940-1960).</i>					
Censos	Rural	%	Urbano	%	Total
1940	31.652	56,83	24.038	43,17	55.690
1950	24.575	45,94	28.910	54,06	53.485
1960	18.887	27,75	49.150	72,25	93.613

FONTE: F.I.B.G.E. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censos Demográficos: Série Regional – São Paulo (1940-1980)¹³.

Obs.: Faziam parte do município de Franca as seguintes cidades: São José da Bela Vista (1948), Cristais Paulista (1959), Restinga (1964) e Ribeirão Corrente (1964). As datas entre parênteses são os anos de autonomia de cada uma delas.

Analisando os dados fornecidos, percebe-se que no decorrer da década de 1940, o município de Franca inverte a sua estrutura habitacional. No Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 1940 a população urbana de Franca contava com 43,17% do total de habitantes que compunham o município. Já, no Censo de 1950, no momento em que, o município procurava estabelecer seu parque industrial e a modernização da cidade entrava em curso¹⁴, a população do município se caracterizava como essencialmente urbana (54,06% da população residiam na área urbana e os demais 45,94% ainda se encontravam no campo). No entanto, no decorrer da década de 1950 esse perfil urbano se intensificou, já que, no final da década, segundo o Censo de 1960, a taxa de habitantes que residiam na cidade girava em torno dos 72,25% da população.

Já a partir de meados da década de 1940, a cidade de Franca vivenciou o desenvolvimento de sua indústria, que proporcionalmente colocava o município em

situação parecida com as grandes cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, que a partir de 1930 assistia a expansão industrial alterar de forma significativa seu perfil. Assim, “De município que alicerçava sua economia à sombra dos pés de café, possuindo na pecuária um forte componente de sustentação financeira, Franca passou a ter na indústria, sobretudo a calçadista, o principal motor de seu progresso [...]”¹⁵.

Esse incremento quantitativo da população de Franca pode ser explicado a partir do desenvolvimento da atividade industrial, pois dos 53.485 habitantes que o município possuía, 36.688 habitantes se encontravam na faixa etária acima dos dez anos de idade e responderam ao recenseador do IBGE¹⁶, que exerciam algum tipo de atividade profissional. Deste total, descontando habitantes que exerciam atividades domésticas não remuneradas, atividades escolares discentes e que estavam na condição de inativos, 19.016 habitantes possuíam atividades profissionais remuneradas. Dentro do quadro profissional do município, 3.842 moradores afirmaram exercer, como atividade principal, alguma função industrial, o que representa um total de 20,20% da população, que estava acima dos dez anos de idade e exerciam atividades profissionais remuneradas.

Já, pelos dados da tabela 2, considerando-se apenas a cidade de Franca, excluindo os atuais municípios de São José da Bela Vista, Cristais Paulista, Restinga e Ribeirão Corrente, que no período se encontravam como distritos pertencentes à jurisdição do município de Franca, percebemos um potencial urbano despertando-se já na década de 1940. Quando mais de sessenta e nove por cento da população da cidade residia na região urbana.

Tabela 2: População urbana e rural da Cidade de Franca (1940-1960).

Cidade de Franca					
Censos	Rural	%	Urbano	%	Total
1940	9.070	30,60	20.568	69,40	29.638
1950	9.547	26,40	26.629	73,60	36.176
1960	9.743	17,09	47.244	82,91	56.987

FONTES: F.I.B.G.E. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censos Demográficos: Série Regional – São Paulo (1940-1980).¹⁷

No entanto, na década de 1950 a população urbana da cidade de Franca chegava a 26.629 habitantes, sendo que, de acordo com o Censo Industrial de 1950¹⁸, 2.015 pessoas estavam envolvidas em atividades industriais ou fabris na cidade. Portanto, aproximadamente 7,5% da população estava empregada no setor

industrial, e destes 1.295 trabalhavam na indústria couro-calçadista (ou seja, 4,8% da população urbana de Franca).

Ainda, é possível demonstrar por estes dados a força econômica que a indústria calçadista possuía naquele contexto, pois do total de trabalhadores empregados no setor industrial no ano de 1950 (2.015 empregados) 64,26%, ou seja, 1.295 pessoas estavam vinculadas ao setor couro-calçadista, proporcionando a Franca, desta maneira, segundo Barbosa¹⁹, o perfil de cidade operária, sendo tal segmento agente de notável força política em Franca.

Em 1960 o número de habitantes que viviam na região urbana subia para 82,91 %, enquanto os demais 17,09 % continuavam no campo.

Já a partir dos dados presentes na Tabela 3, percebe-se como a cidade de Franca mudava sua estrutura habitacional comparada com a média encontrada em São Paulo e no interior do Estado, assim como no eixo industrial Rio - São Paulo no mesmo período.

Tabela 3: Porcentagem da população urbana e rural (1950-1960).

Região	1950		1960	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Município de Franca	54,06	45,94	72,25	27,75
Estado de São Paulo	52,50	47,50	62,81	37,19
Interior do Estado de São Paulo	39,68	60,32	52,73	47,27
Grande São Paulo	87,64	12,36	83,60	16,40
Capital do estado de São Paulo	93,36	6,64	88,00	12,00
Eixo Industrial RJ/SP/Guanabara	55,90	44,10	65,81	34,19

FONTE: F.I.B.G.E. (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censos Demográficos: Série Regional – São Paulo (1940-1980)²⁰
Fundação SEADE. Informe demográfico, n. 1, 1980²¹.
Censos Demográficos²².

Deste modo, em 1950 a concentração urbana em Franca ficava acima da média do Estado de São Paulo e igualmente do interior paulista. Ficando abaixo da cidade de São Paulo, de sua região metropolitana e do eixo industrial que concentrava as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói. Porém, em 1960 a cidade de Franca já possuía uma taxa de urbanização superior daquela encontrada no eixo Rio – São Paulo.

No entanto, uma característica marcante do processo de industrialização local não ficou restrita somente aos aspectos referentes à urbanização. O intenso êxodo rural provocado pelo desenvolvimento industrial, que atraía o trabalhador do campo para atuar como mão-de-obra fabril, alterou profundamente as relações sociais no

município, sobretudo com o surgimento de uma classe operária e o incremento dos trabalhadores que atuavam nos setores do comércio e de prestação de serviços.

III

Questões que envolvem o processo de urbanização e problemas de moradias, decorrentes desse processo são comuns quando o assunto envolve a expansão das cidades, que geralmente ocorrem em contextos de transformações econômicas. Sidney Chalhoub²³ afirma, a partir do trabalho de Lia de Aquino Carvalho²⁴, que o acelerado crescimento populacional no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX, ocasionou problemas em relação à moradia na cidade.

Desta forma com as transformações da economia, ocorreu uma mudança significativa nas funções estabelecidas para o urbano²⁵. No caso do Rio de Janeiro a valorização do urbano proporcionou a reorganização da cidade, de tal modo que, abria espaço para a especulação imobiliária e a destruição dos cortiços, com o desalojamento de diversos moradores dessas habitações populares. Finalmente, o estímulo à indústria da construção civil proporcionou, ao setor imobiliário, um aumento considerável na acumulação de capitais²⁶.

Na presente situação, grande parte da população que vivia nas regiões centrais do Rio de Janeiro ainda convivia com o discurso higienizador das autoridades, que atribuíam às suas condições de vida a responsabilidade pelas graves epidemias existentes na cidade, e usando mais esse fator como justificativa para demolir cortiços e construções humildes, expulsando seus moradores do centro da cidade²⁷.

A partir das considerações de Neide Patarra, acerca das condições das cidades brasileiras, com o advento da industrialização, e com a ajuda do estudo de Lia de Aquino Carvalho sobre as transformações, que a cidade do Rio de Janeiro sofreu a partir do final do século XIX e início do XX, é possível perceber como as modificações econômicas trouxeram novas feições ao urbano. No entanto, é necessária a observação que, tanto as transformações de caráter econômico, assim como no panorama urbano provocadas pelos efeitos da economia, trouxeram graves implicações sociais, sobretudo com a expulsão dos moradores de suas respectivas residências.

Mesmo que, a bibliografia aponte a larga ocorrência desse processo nos grandes centros urbanos brasileiros no início do século XX, tais implicações ocorreram em cidades menores do interior, que passaram pelos processos de

industrialização e urbanização por volta das décadas de 1940 e 1950. Como foi o caso do município de Franca.

Com o desenvolvimento da indústria de calçados local, a cidade de Franca como revela os dados do IBGE, aumentou expressivamente o número de habitantes, que passavam a residir na região urbana da cidade. Como consequência dessa situação, a cidade precisava se adequar ao constante contingente de trabalhadores rurais que chegavam à cidade.

Desta forma, o mercado imobiliário recebeu o impacto desse inchaço populacional, que refletiu diretamente nas condições de habitação da população, no entanto, sendo, principalmente os trabalhadores, os quais buscavam as novas possibilidades de empregos que o processo de industrialização criava, os mais afetados por essa nova realidade.

Para entender a nova dinâmica trazida pela inserção de Franca ao contexto urbano-industrial, é necessária a prévia percepção que tais alterações provocaram. Em primeiro lugar, a possibilidade da criação e incremento da atividade imobiliária e, conseqüentemente, seu caráter especulativo, tanto no mercado de compra e venda de imóveis, quanto na locação de prédios urbanos comerciais e residenciais.

Em segundo lugar, é necessário lembrar que, durante o processo de consolidação de atividades industriais foi comum, a necessidade de acumulação de capitais para o êxito dos estabelecimentos fabris, que colaborava com o agravamento das condições sociais, sobretudo com difíceis condições de trabalho e de sobrevivência dos trabalhadores, sendo também refletida na situação de suas moradias.

Por fim, as transformações econômicas que acompanharam o município com o desenvolvimento industrial, trouxeram as mesmas projeções de melhoramento das condições das habitações com reformas, demolições e reconstruções, que marcaram a cidade do Rio de Janeiro na passagem para o século XX, e as principais cidades paulistas com o advento da riqueza trazida pelo café, durante o período da *Belle Époque*.

Segundo dados fornecidos pelo IBGE²⁸, no censo demográfico realizado em 1950, o município de Franca possuía 10.293 domicílios, distribuídos na região urbana, rural e no subúrbio, sendo que, a população total de Franca era estimada em 53.485 habitantes, portanto em média 5,19 habitantes por domicílio. Já no censo de 1960, foi registrado um aumento 73,4 por cento da população, que passou de

53.985 em 1950, para 93.613 habitantes em 1960, e os domicílios registraram um aumento de 11,45 por cento, passando de 10.293 no ano de 1950 para 11.472 em 1960. Portanto, em 1960 existiam em média 8,16 habitantes por domicílio na cidade de Franca.

Nesse sentido, buscando observar as condições do mercado imobiliário francano, principalmente, dos imóveis destinados a moradia, os processos de despejo, usucapião e reintegração de posse de prédios urbanos servem como indicadores para mapear a presente situação²⁹. Entre os inquilinos que sofreram ações de despejo no município de Franca, e que contestaram a ação judicial entre os anos de 1945 e 1960, foi possível a identificação de três grandes razões que levam os proprietários a solicitar a desocupação do imóvel: em primeiro lugar os proprietários que solicitavam o prédio para uso próprio num total de 49,79%, sendo esta causa mais freqüente encontrada nos processos para despejo de inquilinos, superior até mesmo as ações por inadimplência, que ficavam bem abaixo deste valor. Em segundo lugar estava a falta de pagamento dos alugueis, representando 25,76% do total e, por fim, a alegação de necessidade do prédio para a realização de grande reforma ou demolir o prédio para reconstruí-lo novamente, que representavam 12,44% das ações de despejo.

Com relação à solicitação dos prédios para uso próprio, é comum encontrar-se nas contestações dos inquilinos e em seus depoimentos, reclamações quanto à quantidade de imóveis disponíveis no mercado imobiliário de alugueis. Também, é significativa a presença de inquilinos que acusam os proprietários de requerer o prédio para uso próprio e posteriormente contrair novas locações, visto que, pela quantidade de migrantes que a cidade recebia na década de 1950 existia uma defasagem na quantidade de imóveis disponíveis para aluguel.

Desta forma, é justificável a queixa dos inquilinos quanto à falta de moradia e a especulação promovida pelos proprietários, na medida em que, a média de habitantes por domicílio subiu de 5,19 em 1950, para 8,16 habitantes em 1960, um aumento de 57,22 por cento.

IV

O número de processos, que foram contestados e justificados por uso próprio está presente no gráfico 1. Pelo constante depoimento dos inquilinos nota-se, a presença de especulação imobiliária, promovida pelos proprietários, pois o número de habitantes crescia em taxa superior ao aumento do número de domicílios. Com o

aumento da procura superior ao aumento da oferta de imóveis, a prática especulativa representava uma excelente oportunidade de ganhos para os proprietários. No entanto, o aumento nos preços dos aluguéis não poderiam subir além das taxas estipuladas pela lei do inquilinato, tornando-se assim, o despejo em instrumento de desocupação dos imóveis para posteriormente alugá-los por um valor superior.

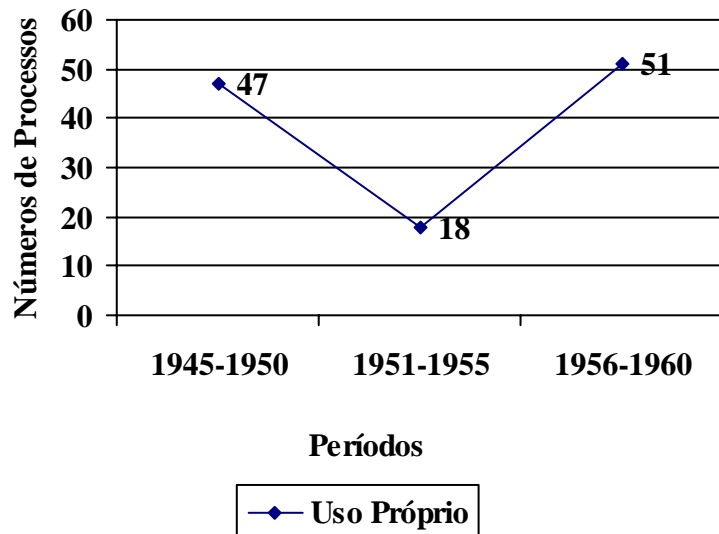


Gráfico 1 Relação dos processos de despejo por uso próprio

Em segundo lugar, havia os despejos por falta de pagamento. De acordo com as leis do inquilinato de 1946 e 1950, o proprietário poderia requerer o despejo dos inquilinos por falta de pagamento a partir do dia 10 (dez) do mês seguinte ao atraso, portanto, de forma implacável o despejo poderia ser requerido até mesmo com menos de trinta dias de atraso no pagamento.

O aumento nas ações de despejo justificadas pela falta de pagamento pode ser explicado a partir das transformações econômicas em um novo contexto urbano-industrial. A partir do estudo de José de Sousa Martins³⁰, sobre a participação do setor agrário nacional na formação do complexo industrial no Brasil, existem algumas considerações a serem levantadas.

Em primeiro lugar, o autor afirma que, o processo de acumulação de capitais promovido durante a industrialização trouxe sérias dificuldades para a composição da renda familiar dos trabalhadores. Em função disso, para explicar o presente processo, o autor inseriu em seu estudo alguns dados para ilustrar que, o sucesso do processo de industrialização do Brasil foi obtido à custa de prejuízos causados ao

setor agrário, visto que, na distribuição dos gastos da renda das famílias operárias a alimentação era a principal preocupação entre os trabalhadores.

No entanto, o autor coloca que a habitação representava o segundo maior gasto das famílias operárias em um levantamento realizado pela Prefeitura de São Paulo em 1951, consumindo um quarto da renda familiar³¹. Desta forma, diante dos baixos salários, que o processo de industrialização impunha aos trabalhadores e da especulação imobiliária, promovida neste período, era comum que o número de ações de despejo por falta de pagamento tenha aumentado consideravelmente.

O gráfico 2, a seguir, demonstra a situação dos processos contestados e justificados por falta de pagamento:

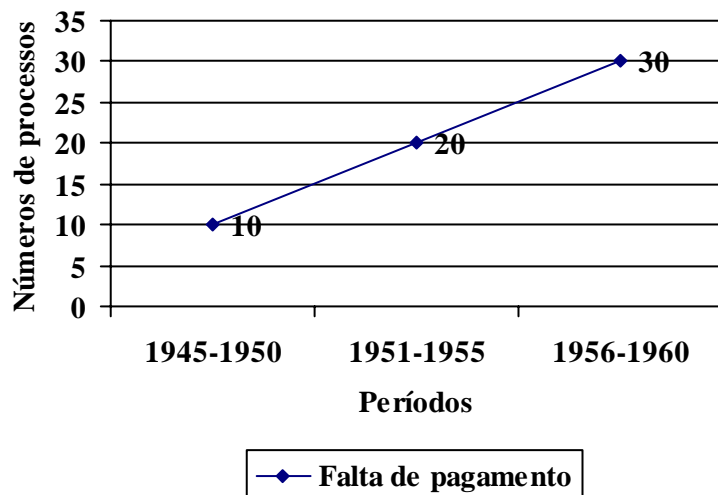


Gráfico 2 Relação dos processos de despejo por falta de pagamento.

Pelos dados fornecidos no gráfico, o número de ações de despejo aumentou de dez para vinte entre o primeiro e o segundo período, representado um aumento de cem por cento. Já do segundo período para o terceiro o aumento foi de cinquenta por cento, passando de vinte para trinta processos.

No entanto, existia o terceiro motivo, que era a realização de uma nova construção, que também foi largamente usado neste período. A modernização e a projeção do discurso de modernidade, que foi amplamente difundido em Franca desde os meados da década de 1940³² refletiram-se, no entanto, nas concepções urbanísticas e nas ações práticas dos proprietários a partir da primeira metade da década de 1950, e prosseguiu durante o restante dos anos 50.

Já, a partir da primeira metade da década de 1950, os processos em que os proprietários alegam necessidade de reconstrução ou reformas nos prédios, começaram a aparecer.

Assim o gráfico que segue, ilustra a situação dos inquilinos que foram alvos de ações de despejo, cuja alegação dos proprietários era realização de reformas nos imóveis ou demolições.

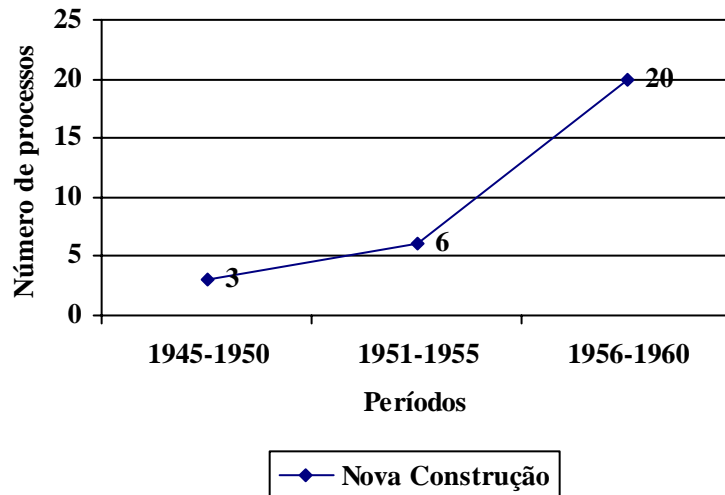


Gráfico 3 Relação dos processos de despejo por nova construção

Quantitativamente esses processos podem fornecer elementos importantes para se entender como as transformações urbanas alteraram as percepções de estilo urbanístico e arquitetônico em uma localidade, que aspirava possuir o status de uma cidade moderna.

V

O desenvolvimento da industrialização em Franca, principalmente a indústria couro-calçadista, incentivou a urbanização no município. Em busca de empregos muitos trabalhadores passaram a migrar para a cidade proporcionando um inchaço populacional acentuado nos meados do século XX. Os dados estatísticos do IBGE demonstram que esse incremento da população local se refletiu no mercado imobiliário, trazendo reflexo direto na vida desses trabalhadores. Entre os principais impactos verificou-se a diminuição do número de habitações em proporção a relação de habitantes que a cidade passava a contar.

Sobre as condições do mercado imobiliário local os processos de despejo, usucapião e reintegração de posse de prédios urbanos podem fornecer algumas informações com relação às transformações locais, trazidas pela urbanização. Além

da falta de residências verificou-se a acentuada especulação imobiliária. O número cada vez menor de moradias diante da constante chegada de migrantes impactava nas relações de locação de prédios comerciais e de moradia, refletindo-se nos preços dos alugueis. Ocorreu também o agravamento das condições sociais, sobretudo com os efeitos da especulação imobiliária sobre o orçamento dos inquilinos, que não conseguiam arcar com os pagamentos dos alugueis.

Ainda neste contexto de transformações econômicas e sociais provocadas pela nova realidade urbana-industrial, observa-se a emergência de um discurso modernizador que buscava modificar as estruturas urbanas existentes, por novas formas de edificações. Portanto, obrigando diversos inquilinos a deixar os prédios locados, que passariam a ser alvos de reformas ou reconstruções.

Assim, esse novo contexto urbano-industrial, que incentivou a urbanização em Franca trouxe impactos no mercado imobiliário local, sobretudo aos trabalhadores urbanos que procuravam a cidade em busca de empregos e encontravam a presente situação, no que se refere às possibilidades de moradia.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresário fabril e desenvolvimento econômico: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado (FRANCA, 1920-1990)**. 2004. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

_____. **Política e modernização em Franca 1945-1964**. Franca: FHDSS, Unesp, 1998.

BOSI, Alfredo. A arqueologia do estado-providência: sobre um enxerto de idéias de longa duração. In: _____. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares**, 1980. 90 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Apud CHALHOUB, Ibid.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.42

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Ed. Unicamp, 2005, p. 134

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na belle époque paulista**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censos Demográficos: série regional de São Paulo: recenseamento de 1940.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Censos Demográficos: série regional de São Paulo: recenseamento de 1950.

_____. **Censos Demográficos**: série regional de São Paulo: recenseamento de 1960.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca**: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980). Franca: FHDSS, Unesp, 1997. p. 21.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo Industrial de 1950**: municípios segundo grupos de indústria. Rio de Janeiro. 1958.

MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as condições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e história em Franca**: século XIX. Franca: FHDSS/ Unesp, 1997.

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização do Brasil: o período pós-30. In FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t. 3. p. 263.

REZENDE, Vinícius Donizete de. **Anônimas da história**: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980 (Franca – SP). 2006. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca. 2006.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: FHDSS, 2002.

VILHENA, Maria Inês de Freitas. A Indústria de Calçados em Franca. **Revista da FFF**. Franca, 1968.

¹ BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Política e modernização em Franca** 1945-1964. Franca: FHDSS, Unesp, 1998, p. 19.

² Ibid., p. 34

³ TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a História da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: FHDSS, 2002, p. 196.

⁴ Ibid., p. 145-147.

⁵ VILHENA, Maria Inês de Freitas. A Indústria de Calçados em Franca. **Revista da FFF**. Franca: p. 68, 1968.

⁶ TOSI, op.cit., p.242-247.

⁷ Cf. BARBOSA, op. cit.

⁸ GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca**: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980). Franca: FHDSS, Unesp, 1997. p. 21.

⁹ GARCIA, op.cit., p.40.

¹⁰ BARBOSA, op.cit., p. 37.

¹¹ GARCIA, op.cit., p. 34.

¹² GARCIA, op.cit., p. 40

¹³ Ibid.

¹⁴ Cf. BARBOSA, op.cit.

¹⁵ Ibid., p. 19.

¹⁶ IBGE. **Censo demográfico**: Série Regional de São Paulo (1950). Rio de Janeiro, 1954, p. 132-133, 197

¹⁷ GARCIA, op.cit., p. 40.

¹⁸ IBGE. **Censo industrial de 1950**: municípios segundo grupos de indústria. Rio de Janeiro, 1950, p. 99.

¹⁹ BARBOSA, op.cit., p. 37-38.

²⁰ GARCIA, op.cit., p. 40.

²¹ Ibid., p. 30.

²² PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização do Brasil: o período pós-30. In FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, t. 3. p. 263.

²³ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005, p. 134

²⁴ CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares**, 1980. 90 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Apud CHALHOUB, Ibid.

²⁵ PATARRA, op.cit., p. 247-268.

²⁶ CHALHOUB, op.cit., p. 134-137

²⁷ Id., **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.42

²⁸ IBGE. **Censo Demográfico**: Série Regional de São Paulo. Rio de Janeiro, 1954, v. 25, t. 1, p. 66, 243.

²⁹ Como referência para os dados aqui discutidos foram utilizados os Processos de Despejos, usucapião e reintegração de posse, que estão dispostos como parte do acervo do Arquivo Histórico Municipal de Franca "Capitão Antônio Hipólito Pinheiro".

³⁰ MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as condições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

³¹ Ibid., p. 8.

³² BARBOSA, op.cit., p. 56